

TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm quatro alternativas de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo.

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411285381M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
TJ MT

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJ MT – 3º Simulado – Técnico Judiciário (Pós-Edital)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Prédios abandonados e pessoas em busca de moradia: as contradições no Centro de SP

1 O Centro de São Paulo é uma das regiões com a maior concentração de serviços na cidade. Além disso, também possui muitos prédios abandonados e procura por moradia - são cerca de 30 mil imóveis vazios. E
5 42 deles foram ocupados por movimentos de moradia popular.

As repórteres Clara Velasco e Mayara Teixeira mostram as contradições dessa região, em que ao mesmo tempo prédios seguem vazios, centenas de famílias moram em ocupações e cortiços da região, muitas vezes em condições insalubres. As famílias contam que sonham com a casa própria e com o momento em que mais iniciativas de moradia social vão tomar o Centro da cidade.

15 As repórteres conheceram um imóvel ocupado com 14 andares e banheiro coletivo. Jomarina Alves, líder da ocupação, conta que o prédio de salas comerciais estava vazio e foi ocupado por 102 famílias. Vitor Paiva tinha 5 anos quando se mudou para o prédio
20 com a mãe e o irmão. Hoje ele tem 14. “Me mudei no meu aniversário. Eu gostei de mudar. Morava na Zona Leste e era complicado para minha mãe. A gente teve que vir para cá”, lembra.

Claudilene Santos, professora e comerciante,
25 conta que a vida dela e da filha mudou para melhor quando foram para o Centro. “A gente morava na Zona Leste de São Paulo e ela estuda numa escola no Ipiranga, escola para deficiente visual. Era bem difícil. A gente tinha que sair de casa às 4h30 da manhã para embarcar no ônibus e ela chegar às 7h na escola”, conta. Perguntada sobre o que acha dos prédios vazios,
30 Claudilene diz que é um desperdício.

Francineide da Silva, diarista desempregada, vive em um cortiço com os dois filhos há quatro anos. O espaço tem um quarto e uma cozinha. “Aqui a gente não tem conforto nenhum, mesmo sendo em três pessoas”, mostra. Ela conta que antes pagava R\$ 250, mas hoje não paga mais nada.

Ano passado, ela e outras moradoras do cortiço ocuparam o terreno em frente, antes de virar um estacionamento. “Ele estava abandonado e ninguém ficava lá. Como o pessoal não tinha como pagar aqui, nós fomos para lá”. Depois de um tempo, ela e outras famílias voltaram para o cortiço.

Disponível em: <https://g1.globo.com/profissaoreporter/noticia/2021/06/09/predios-abandonados-e-pessoas-em-busca-de-moradia-as-contradicoes-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

1

A partir das informações apresentadas no texto, é correto afirmar que:

- (A) as famílias que ocupam prédios vazios no Centro de São Paulo não percebem melhorias significativas em suas rotinas diárias.
- (B) a principal razão para os prédios permanecerem vazios no Centro é a falta de interesse da população em morar nessa região.
- (C) o texto destaca que todas as ocupações no Centro foram legalizadas, solucionando o problema habitacional dessas famílias.
- (D) as experiências dos entrevistados demonstram que a mudança para o Centro proporcionou melhor acesso a serviços e redução de dificuldades cotidianas, apesar das condições adversas.
- (E) segundo o texto, os movimentos de moradia popular desistiram de ocupar imóveis vazios devido às condições insalubres encontradas.

2

Com base nas informações do texto, conclui-se corretamente que:

- (A) as famílias que se mudaram para o Centro de São Paulo experimentaram melhorias em aspectos como acesso a serviços e redução do tempo de deslocamento, apesar de enfrentarem condições habitacionais precárias.
- (B) a existência de 30 mil imóveis vazios no Centro de São Paulo indica uma falta de interesse das famílias em ocupar essa região da cidade.
- (C) as ocupações lideradas por movimentos de moradia popular resolveram completamente o problema habitacional no Centro de São Paulo.
- (D) os moradores entrevistados consideram que a vida no Centro é mais difícil do que nas regiões periféricas de onde vieram.
- (E) as tentativas de ocupar imóveis vazios no Centro foram abandonadas pelas famílias devido às condições insalubres desses locais.

3

Considerando as marcas de textualidade presentes no texto, é correto afirmar que:

- (A) o texto mantém coerência temática ao abordar consistentemente a problemática habitacional no Centro de São Paulo, utilizando recursos coesivos que garantem a unidade de sentido.
- (B) a falta de coesão referencial é evidente, uma vez que o texto não utiliza mecanismos linguísticos para retomar ou antecipar informações.
- (C) a intertextualidade é estabelecida ao conectar o relato das famílias com discussões mais amplas sobre urbanização e direito à moradia, permitindo ao leitor relacionar o texto a contextos sociais contemporâneos.
- (D) o texto apresenta incoerências devido à introdução de informações desconexas sobre diferentes personagens sem relação entre si.
- (E) a coesão sequencial é prejudicada pela ausência de conectivos adequados, tornando a progressão das ideias confusa e fragmentada.

4

Com base nos modos de organização discursiva presentes no texto, é correto afirmar que:

- (A) o texto é predominantemente injuntivo, pois instrui o leitor sobre como participar de movimentos de moradia popular.
- (B) a argumentação prevalece no texto, visto que defende a legalização das ocupações urbanas com argumentos sólidos.
- (C) a narração é o modo discursivo dominante, uma vez que relata eventos sequenciais envolvendo os personagens mencionados.
- (D) o texto é essencialmente descritivo, com foco na caracterização detalhada dos ambientes e das condições de moradia.
- (E) o texto combina diferentes modos de organização discursiva, com predominância da exposição ao apresentar informações e dados sobre a situação habitacional no Centro de São Paulo.

5

No trecho a seguir, extraído do texto, uma alteração na estrutura da frase foi proposta. Analise a alteração e indique a opção que mantém a correção gramatical e o sentido original, utilizando corretamente as operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

Trecho original:

"Claudilene Santos, professora e comerciante, conta que a vida dela e da filha mudou para melhor quando foram para o Centro."

Alteração proposta:

- (A) Quando foram para o Centro, a vida dela e da filha, conta Claudilene Santos, professora e comerciante, mudou para melhor.
- (B) A vida dela e da filha mudou para melhor, Claudilene Santos conta, professora e comerciante, quando foram para o Centro.
- (C) Conta que a vida mudou para melhor dela e da filha, professora e comerciante, Claudilene Santos, quando foram para o Centro.
- (D) Professora e comerciante, a vida dela e da filha mudou para melhor quando foram para o Centro, conta Claudilene Santos.
- (E) Mudou para melhor a vida dela e da filha quando para o Centro foram, Claudilene Santos, professora e comerciante, conta.

6

Leia o trecho a seguir: "O Centro de São Paulo é marcado por profundas contradições. Embora concentre uma grande quantidade de serviços, existem cerca de 30 mil imóveis vazios na região, dos quais 42 foram ocupados por movimentos de moradia popular. Muitas famílias vivem em ocupações e cortiços em condições insalubres, enquanto sonham com a casa própria e com mais iniciativas de moradia social. Histórias como as de Jomarina Alves, líder de uma ocupação em um prédio de 14 andares, e de Claudilene Santos, que viu sua vida melhorar após se mudar para o Centro, ilustram esses desafios. Francineide da Silva enfrenta dificuldades ao viver em um cortiço com seus filhos após uma tentativa frustrada de ocupar um terreno abandonado."

Em relação aos tipos de discurso presentes no texto anterior, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto utiliza predominantemente o discurso direto para apresentar as falas das personagens mencionadas.
- (B) Há o uso exclusivo do discurso indireto livre para integrar as opiniões das personagens à narrativa.
- (C) O discurso indireto é totalmente ausente no texto, que se limita a narrar eventos sem relatar falas ou pensamentos.
- (D) O texto combina discurso direto e indireto ao incorporar falas e relatos das personagens, enriquecendo a narrativa com diferentes perspectivas.
- (E) As falas das personagens são apresentadas apenas por meio do discurso indireto, sem qualquer uso do discurso direto.

7

Considerando as funções da linguagem presentes no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A função emotiva é predominante no texto, pois o autor expressa seus sentimentos pessoais em relação às contradições do Centro de São Paulo.
- (B) O texto utiliza predominantemente a função referencial, pois apresenta informações objetivas sobre a situação habitacional no Centro de São Paulo.
- (C) A função conativa está em destaque, uma vez que o texto busca persuadir o leitor a apoiar os movimentos de moradia popular.
- (D) A função metalinguística é a mais evidente, já que o texto reflete sobre o próprio código linguístico utilizado.
- (E) A função fática predomina, pois o texto se concentra em estabelecer e manter o contato com o leitor através de interjeições e cumprimentos.

8

Leia o trecho a seguir e responda à questão: “O Centro de São Paulo é marcado por profundas contradições. Embora concentre uma grande quantidade de serviços, existem cerca de 30 mil imóveis vazios na região, dos quais 42 foram ocupados por movimentos de moradia popular. Muitas famílias vivem em ocupações e cortiços em condições insalubres, enquanto sonham com a casa própria e com mais iniciativas de moradia social. Histórias como as de Jomarina Alves, líder de uma ocupação em um prédio de 14 andares, e de Claudilene Santos, que viu sua vida melhorar após se mudar para o Centro, ilustram esses desafios. Francineide da Silva enfrenta dificuldades ao viver em um cortiço com seus filhos após uma tentativa frustrada de ocupar um terreno abandonado”.

Em relação aos elementos dos atos de comunicação presentes no texto acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O canal de comunicação utilizado no texto é ineficiente, pois há interferências que impedem a mensagem de chegar claramente ao receptor.
- (B) O código empregado pelo emissor é específico e técnico, dificultando a compreensão da mensagem pelo receptor comum.
- (C) O emissor do texto é coletivo, representado pelas famílias mencionadas, que comunicam diretamente suas experiências ao leitor.
- (D) O contexto não é relevante para a compreensão da mensagem, uma vez que o texto aborda uma situação universal e atemporal.
- (E) O texto exemplifica um ato de comunicação em que o emissor transmite uma mensagem referencial ao receptor, utilizando um código comum e um canal eficaz.

9

No trecho “O Centro de São Paulo é marcado por profundas contradições”, a palavra “**contradições**” é fundamental para a compreensão do tema abordado. Em relação ao campo semântico e às relações de sentido presentes no texto, é correto afirmar que:

- (A) a palavra “**contradições**” estabelece uma relação de sinonímia com “**desafios**”, reforçando a ideia de dificuldades enfrentadas pelas famílias.
- (B) o termo “**insalubres**” possui um sentido denotativo positivo, indicando que as condições de moradia são adequadas.
- (C) a expressão “**movimentos de moradia popular**” é um exemplo de homonímia, pois apresenta a mesma pronúncia de outro termo com significado diferente.
- (D) a palavra “**cortiços**” está empregada como um hipônimo de “**imóveis vazios**”, representando uma categoria específica dentro desse grupo.
- (E) o uso de “**contradições**” evidencia uma antítese entre a abundância de imóveis vazios e a falta de moradia digna, realçando a oposição semântica presente na realidade descrita.

10

No trecho do texto: “**A gente** morava na Zona Leste **e** era complicado **para** minha mãe”, em relação às palavras destacadas, assinale a alternativa que apresenta corretamente a classificação das classes gramaticais.

- (A) “A” é artigo definido; “gente” é substantivo comum; “e” é preposição; “para” é conjunção subordinativa.
- (B) “A” é pronome pessoal; “gente” é pronome indefinido; “e” é conjunção subordinativa; “para” é preposição.
- (C) “A” é artigo definido; “gente” é pronome pessoal; “e” é conjunção coordenativa aditiva; “para” é preposição.
- (D) “A” é preposição; “gente” é substantivo próprio; “e” é advérbio; “para” é artigo definido.
- (E) “A” é artigo indefinido; “gente” é pronome pessoal; “e” é conjunção coordenativa adversativa; “para” é preposição.

Raciocínio Lógico-Matemático**Marcelo Leite****11**

Considere as afirmações a seguir:

P: Se Ana é engenheira, então Lúcia é arquiteta.

Q: Lúcia não é arquiteta e Paula é médica.

As afirmações P e Q ambas são falsas. Então, é correto afirmar que:

- (A) Ana não é engenheira.
- (B) Lúcia é arquiteta.
- (C) Paula é médica.
- (D) Ana é engenheira e Lúcia é arquiteta.
- (E) Paula não é médica.

12

A sentença a seguir é falsa.

Se Marcos vai ao clube e Sérgio não vai ao cinema, então Célia é médica ou Sueli não é policial.

Com base nessa sentença, é correto afirmar que:

- (A) Sueli é policial.
- (B) Célia é médica.
- (C) Sérgio vai ao cinema.
- (D) Marcos não vai ao clube.
- (E) Marcos vai ao clube e Célia é médica.

13

A negação da sentença “Todo mato-grossense cuida da natureza” é:

- (A) Nenhum mato-grossense cuida da natureza.
- (B) Não existe pessoa que cuide da natureza que seja mato-grossense.
- (C) Existe mato-grossense que cuida da natureza.
- (D) Pelo menos um mato-grossense não cuida da natureza.
- (E) Todo mato-grossense não cuida da natureza.

14

A negação da sentença “ $X \geq 5$ ou $Y < 2$ ” é equivalente a:

- (A) $X \geq 5$ ou $Y < 2$.
- (B) $X < 5$ e $Y \geq 2$.
- (C) Se $X < 5$ então $Y < 2$.
- (D) $X < 5$ e $Y < 2$.
- (E) $X \geq 5$ e $Y < 2$

15

A sentença “Se beber, não dirija” é equivalente a:

- (A) Beba e dirija.
- (B) Se não dirigir, beba.
- (C) Dirija ou beba.
- (D) Se não beber, dirija.
- (E) Não beba ou não dirija.

16

Considere que $n(A)$ representa o número de elementos do conjunto A. Sabe-se $n(A) = 15$, $n(B) = 6$ e $n(A \cup B) = 18$. Então, $n(A - B)$ terá:

- (A) 12 elementos.
- (B) 11 elementos.
- (C) 10 elementos.
- (D) 9 elementos.
- (E) 8 elementos.

17

Em fevereiro de 2024, o produto alfa sofreu um aumento de 20% em relação ao preço praticado em janeiro. No mês seguinte, o preço do produto foi majorado em 30% em relação ao preço cobrado em fevereiro. Em relação a janeiro desse ano, o preço do produto em março representa um aumento de:

- (A) 50%.
- (B) 52%.
- (C) 56%.
- (D) 57,5%.
- (E) 59%.

18

A sequência a seguir (12, 15, 21, 24, 30, ...) possui certo padrão que se repete infinitamente. Então, o próximo número é:

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 39.
- (D) 42.
- (E) 45.

19

Para ser aprovado em certo certame, o candidato terá de ter média maior ou igual a 7. O candidato Marcos obteve as seguintes notas nas quatro provas, conforme é mostrado na tabela a seguir:

Disciplina	Nota	Peso
Português	8	1
Direito Constitucional	5	2
Atualidades	6	3
Raciocínio Lógico	R	4

A menor nota que Marcos deverá tirar em Raciocínio Lógico para que seja aprovado no referido certame é

- (A) 8,5.
- (B) 7,8.
- (C) 8,9.
- (D) 6,4.
- (E) 6,7.

20

Considere que os pontos A(1,6), B(4, 10) e C(x,y) representam os vértices do triângulo ABC. Sabendo que a altura relativa ao lado AB é igual a 4, então a área desse triângulo é igual a:

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 10.
- (E) 20.

Legislação Institucional

Eduardo Galante

21

Nos termos da Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- (B) O servidor que, a serviço, se afastar da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território mato-grossense e de outras unidades da Federação, fará jus a passagens e ajuda de custo para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e rural.
- (C) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento), por ano de serviço público estadual, incidente sobre o vencimento-base do cargo efetivo, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento).
- (D) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.
- (E) Constituem indenizações ao servidor ajuda de custo e diárias.

22

Em conformidade com a Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) As férias poderão ser parceladas em até 03 (três) etapas, se assim requeridas pelo servidor, com período mínimo de 10 (dez) dias em cada, sendo que o terço constitucional será correspondente ao período usufruído.
- (B) A pedido e sem prejuízo do serviço, será concedida, ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 04 (quatro) anos consecutivos, sem remuneração, podendo esta licença ser interrompida a qualquer momento por interesse do servidor ou da administração.
- (C) Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual, o servidor fará jus a 60 (sessenta) dias de licença, a título de prêmio por assiduidade, com o subsídio do cargo efetivo, acrescido do valor do cargo em comissão ou função de confiança, se for o caso.
- (D) O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 21 (vinte e uma) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte terá o valor hora acrescido de mais 20% (vinte por cento), computando-se cada hora com 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.
- (E) O Poder Executivo fica autorizado a implementar, para os servidores públicos cíveis e militares, gratificação por eficiência e resultado em parcelas semestrais, limitada a 30% (trinta por cento) do subsídio da classe e nível iniciais do respectivo cargo.

23

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) Será vogal o desembargador que se seguir ao relator na ordem decrescente de antiguidade, sendo o desembargador mais antigo o vogal do mais moderno. Em caso de afastamento por mais de 15 (quinze) dias, o vogal será substituído pelo desembargador que lhe seguir em ordem decrescente de antiguidade.
- (B) Em caso de afastamento de membros por período superior a 60 (sessenta) dias e inferior a 90 (noventa), poderá ser convocado juiz de direito de entrância especial, segundo a área de atuação, permitida a redistribuição.
- (C) Ao desembargador, observada a ordem de antiguidade dos membros do Tribunal, é assegurada a remoção para outro órgão fracionário em caso de vacância, licença, afastamento ou mediante permuta.
- (D) Os recursos serão preparados, ressalvados aqueles amparados pela assistência judiciária ou isentos, com comprovação nos autos.
- (E) Considerar-se-á nulo o recurso não preparado no prazo legal.

24

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) O preparo no Tribunal compreende as custas judiciais, os emolumentos legais, as distribuições extraordinárias e pagamento das despesas de remessa e retorno.
- (B) É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- (C) Da decisão que conceder, denegar ou revogar a gratuidade da justiça, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, se o processo for de natureza cível, ou 5 (cinco) dias, se o processo for de natureza criminal.
- (D) As sessões serão reservadas, podendo ser excepcionalmente públicas, quando a lei ordenar, limitando-se a presença em determinados atos às próprias partes, terceiros interessados e a seus advogados, ou somente a estes.
- (E) A questão preliminar ou prejudicial suscitada no julgamento será julgado depois do mérito.

25

A respeito da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário do Mato Grosso (PJMT), marque a alternativa correta.

- (A) É responsabilidade do funcionário, dentre outros previstos nesta lei, tratar com urbanidade as pessoas.
- (B) O servidor poderá exercer mais de um cargo em comissão e ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva, conforme previsão nesta norma.
- (C) Ao servidor público é proibido, dentre outras proibições previstas nesta lei, participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Estado.
- (D) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a fazenda estadual, em ação monitoria.
- (E) A responsabilidade civil resulta do ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de cargo ou função.

26

Acerca da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário do Mato Grosso (PJMT), aponte a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso da absolvição criminal que negue a existência do fato, falta de provas ou que negue sua autoria.
- (B) Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (C) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias.
- (D) São penalidades disciplinares: I – repreensão; II – suspensão; III – demissão; IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V – destituição de cargo em comissão.
- (E) As penalidades de repreensão e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 02 (dois) anos a 06 (seis) meses de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

27

Quanto à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) Para efeito da aplicação deste Código ficam assim classificadas as Escrivanias dos Offícios de Justiça: I – Classe Especial – os Offícios de Justiça da Comarca de Entrância Especial; II – PRIMEIRA CLASSE – Os Offícios de Justiça das Comarcas de Terceira Entrância; III – SEGUNDA CLASSE – Os Offícios de Justiça das Comarcas de Segunda Entrância; IV – TERCEIRA CLASSE – Os Offícios de Justiça das Comarcas de Primeira Entrância.
- (B) Duas são as categorias dos servidores da Justiça: a) servidores judiciais; b) servidores extrajudiciais.
- (C) Incumbe aos oficiais de justiça fazer os esboços de partilha em qualquer feito, salvo nas penhoras.
- (D) Nas comarcas em que não houver avaliador judicial, o juiz do feito designará livremente, em cada caso, um servidor estável com conhecimentos contábeis e atuariais para essa função.
- (E) É proibido à parte ou a seu procurador a indicação de oficial de justiça para cumprimento de mandado, salvo nos feitos especiais.

28

No tocante à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) Constitui motivo de suspensão por até 90 (noventa) dias o fato de receber o servidor, de quem quer que seja, qualquer vantagem, em dinheiro ou não, além das outras a que fizer jus.
- (B) Nenhum servidor da Justiça poderá funcionar juntamente com cônjuge ou parente seu, consanguíneo ou afim em linha reta, ou colateral, até o terceiro grau inclusive no mesmo feito ou ato judicial ou na mesma comarca ou distrito, quando entre as funções dos respectivos cargos existir dependência hierárquica.
- (C) Os juízes substitutos serão nomeados inicialmente, por 3 (três) anos, e prestarão compromisso solene na forma do Regimento Interno.
- (D) O Conselho da Magistratura, em 30 (trinta) dias, no mínimo, antes de concluído o biênio, apresentará ao Órgão Especial seu relatório sobre o vitaliciamento ou não do juiz substituto, fundado no seu prontuário e avaliações, com todas as informações relevantes.
- (E) A posse de desembargadores, juízes de direito e juízes substitutos verificar-se-á até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação do ato de nomeação no órgão oficial.

29

Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) É facultativa a utilização de gravação audiovisual na colheita da prova oral nas audiências de instrução, bem como nas cartas precatórias.
- (B) As decisões e sentenças proferidas em audiência serão facultativamente transcritas.
- (C) O gestor judiciário, até 10 (dez) dias antes da realização da audiência, examinará o processo a fim de verificar se todas as providências para a sua realização foram tomadas.
- (D) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo magistrado quando necessário.
- (E) Nenhum processo permanecerá paralisado na unidade judiciária além dos prazos legais ou judiciais, ou ficará sem andamento por mais de 90 (noventa) dias no aguardo de diligências.

30

Relativamente ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) Compete exclusivamente ao escrevente chefe expedir certidões em breve relatório ou de inteiro teor.
- (B) As certidões serão expedidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do respectivo pedido pela unidade judiciária, salvo quando houver expressa previsão legal de prazo diverso.
- (C) Na ausência de prazo expressamente determinado, os mandados serão cumpridos em, no máximo, 10 (dez) dias corridos.
- (D) No caso de intimação para audiência, os mandados serão devolvidos até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada, salvo deliberação judicial em contrário.
- (E) Os magistrados devolverão as cartas precatórias em que o advogado da parte interessada, apesar de intimado para manifestação e/ou providência, permanecer inerte por mais de 60 (sessenta) dias corridos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

Vinicius Marques

31

De acordo com o regime jurídico-administrativo, os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público são fundamentos basilares da atuação da Administração Pública. Com base nesse regime, considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da supremacia do interesse público é absoluto, podendo justificar qualquer restrição aos direitos individuais.
- (B) A indisponibilidade do interesse público implica que os agentes públicos, no exercício de suas funções, estão autorizados a renunciar unilateralmente a direitos da Administração em prol da conveniência política.
- (C) A supremacia do interesse público confere à Administração Pública poderes discricionários ilimitados, desde que seja em nome do interesse coletivo.
- (D) A indisponibilidade do interesse público fundamenta a existência de limitações à atuação da Administração Pública, exigindo que ela atue conforme os princípios constitucionais e legais.
- (E) O princípio da supremacia do interesse público autoriza a prática de atos administrativos arbitrários, desde que não haja oposição judicial.

32

Durante viagens a diversos estados para realização de palestras, o técnico judiciário Givanildo explicava às demais autoridades locais acerca dos poderes inerentes ao Direito Administrativo Brasileiro. Quando informou acerca de um poder o qual se refere à “prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e possibilitar sua efetiva aplicação”, os demais convidados do evento não souberam dizer a qual poder o servidor se referia. De acordo com a doutrina, Givanildo fez alusão ao

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder vinculado.
- (D) poder de polícia.
- (E) poder regulamentar.

33

Acerca da Lei n. 14.133/2021, a qual dispõe acerca de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Segundo essa Lei, a entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- (B) A Administração Pública é administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
- (C) O agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- (D) O licitante é pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.
- (E) A obra é toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

34

Ainda conforme Lei n. 14.133/2021, a qual dispõe acerca de Licitações e Contratos Administrativos, analise os itens e assinale a alternativa correta.

- I – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- II – A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública também apresenta um caso de inexigibilidade de licitação.
- III – A contratação de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos e de pareceres, perícias e avaliações em geral de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização e divulgação são casos de dispensa de licitação apresentados na lei.

IV – A dispensa de licitação também se apresenta nos casos de contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

- (A) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (B) Todos os itens estão corretos.
- (C) Todos os itens estão incorretos.
- (D) Apenas o item I está correto.
- (E) Apenas três itens estão corretos.

35

Conforme a Lei n. 14.133/2021, que trata das licitações e contratos, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, com EXCEÇÃO DE:

- (A) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- (B) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- (C) proceder à renovação da licitação quando verificar irregularidade ou inconveniência.
- (D) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- (E) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

36

Gustavo Scarpa, analista judicial do TJMT, durante uma palestra, apresentou cinco informações acerca dos atos administrativos, sendo quatro delas incorretas e apenas uma certa. De acordo com seu conhecimento, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os atos administrativos impõem obrigações aos administrados.
- (B) Caso ocorra uma situação de irregularidade no âmbito da Administração Pública, é possível a administração restaurar a legalidade, quando for o caso, utilizando-se seu poder de autotutela, que permite a revisão, de ofício, de seus atos, para sanar ilegalidade.
- (C) Todos os atos administrativos são dotados de impenetrabilidade, não admitindo prova em contrário.
- (D) Todos os atos administrativos podem ser postos em execução pela própria Administração, pois são dotados de autoexecutoriedade.
- (E) Os atos Administrativos não dependem da concordância de terceiros.

37

O juiz de direito Everson Saraiva, também professor universitário, apresentou algumas questões importantes a seus alunos sobre poderes administrativos. Porém, de todas as afirmações apresentadas por ele, apenas uma estava correta. Assinale-a.

- (A) No exercício do poder de polícia, é conferida à administração pública a prerrogativa de editar atos gerais para complementar a lei, em conformidade com seu conteúdo e limites, não podendo ela, portanto, criar direitos e impor obrigações, salvo as excepcionais hipóteses.
- (B) Haverá excesso de poder quando o agente público, embora agindo dentro de sua competência, não cumpre os fins previstos pelo legislador.
- (C) O poder de polícia pode ser aplicado de forma normativa ou concreta, e pode ter caráter preventivo, fiscalizador ou repressivo.
- (D) O poder disciplinar é o instrumento disponibilizado à Administração para distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos, ordenar e rever atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- (E) O fundamento do poder hierárquico é o poder da administração de buscar o bem-estar social, restringindo a atuação do particular em nome do interesse público.

38

Acerca do controle da administração pública, o professor Guilherme Arana apresentou algumas informações durante umas de suas aulas. Assinale a alternativa que corretamente define os conceitos apresentados.

- I – O controle legislativo ou parlamentar divide-se em controle político e controle financeiro e autônomo.
 - II – O controle legislativo político se limita às questões de legalidade dos atos administrativos.
 - III – Para a apuração de irregularidades, o Poder Legislativo dispõe das Comissões Parlamentares de Inquérito e da Polícia Civil.
 - IV – É vedada ao Poder Legislativo a fiscalização contábil, financeira e orçamentária sobre os atos de todas as pessoas que administrem bens ou dinheiros públicos.
- (A) Nenhum item está correto.
 - (B) Todos os itens estão corretos.
 - (C) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - (E) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

Noções de Direito Constitucional**Rafael de Oliveira****39**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é classificada como:

- (A) uma constituição outorgada, analítica e flexível.
- (B) uma constituição promulgada, sintética e rígida.
- (C) uma constituição promulgada, analítica e rígida.
- (D) uma constituição outorgada, sintética e semirrígida.
- (E) uma constituição promulgada, extensiva e maleável.

40

Assinale a alternativa correta sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal.

- (A) É permitida a pena de morte apenas em caso de crimes hediondos.
- (B) O sigilo de correspondência é absoluto, sem exceções.
- (C) A criação de associações e cooperativas depende de autorização estatal.
- (D) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (E) A prática de qualquer culto religioso pode ser limitada por lei ordinária.

41

Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) o Distrito Federal pode ser dividido em municípios para fins administrativos.
- (B) os territórios federais têm autonomia política semelhante à dos estados.
- (C) a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são dotados de autonomia política e administrativa.
- (D) apenas a União detém soberania, enquanto os estados detêm autonomia limitada.
- (E) os estados têm competência para legislar sobre todas as matérias de interesse regional.

42

De acordo com as disposições gerais sobre Administração Pública na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) a investidura em cargo público depende de comprovação de idoneidade moral e patrimonial.
- (B) o prazo máximo para validade de um concurso público é de dois anos, prorrogáveis uma vez por igual período.
- (C) o servidor público estável pode ser demitido sem necessidade de processo administrativo ou sentença judicial.
- (D) a acumulação remunerada de cargos públicos é permitida sem restrições.
- (E) a Administração Pública pode delegar funções de poder de polícia a organizações privadas, sem restrições.

43

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é composto por:

- (A) 15 membros, com representação exclusiva do Poder Judiciário e indicação do presidente da República.
- (B) 14 membros, sendo a maioria formada por advogados indicados pela OAB.
- (C) 15 membros, entre magistrados, membros do Ministério Público, advogados e cidadãos indicados pelo Congresso Nacional.
- (D) 15 membros, entre magistrados, membros do Ministério Público, advogados e cidadãos indicados por diversos órgãos.
- (E) 14 membros, com composição exclusivamente técnica, sem representação de cidadãos.

44

Sobre a nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição permite que brasileiros natos sejam extraditados em qualquer circunstância.
- (B) Os filhos de pais brasileiros, nascidos no exterior, são considerados brasileiros natos independentemente de registro ou residência.
- (C) A perda da nacionalidade brasileira é obrigatória no caso de naturalização voluntária em outro país.
- (D) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço do país de origem.
- (E) A Constituição veda a concessão de cidadania a estrangeiros naturalizados.

45

Assinale a alternativa que apresenta uma condição de inelegibilidade prevista na Constituição Federal:

- (A) ter idade inferior a 30 anos.
- (B) ser analfabeto.
- (C) não possuir filiação partidária.
- (D) não ser brasileiro nato.
- (E) ser titular de cargo efetivo na administração pública.

46

O Ministério Público, conforme a Constituição Federal, NÃO possui competência para:

- (A) promover a ação penal pública.
- (B) defender judicialmente os interesses do Poder Executivo.
- (C) zelar pelo efetivo respeito aos direitos constitucionais.
- (D) fiscalizar a execução da lei.
- (E) promover o inquérito civil público.

Noções de Direito Civil

Cristiny Rocha

47

Carla foi casada com João durante 20 anos. Dessa união, quatro filhos foram concebidos: Ricardo, com 18 anos, Pedro, com 16 anos, Elisa, com 15 anos, e Margareth, com 9 anos. Todos passaram a morar com a mãe em Belo Horizonte, enquanto o pai permaneceu no Rio de Janeiro. Pedro passou a trabalhar e a ter economia própria. Conforme as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Elisa e Margaret são relativamente incapazes.
- (B) Elisa, Margaret e Pedro são incapazes.
- (C) Ricardo e Pedro não são incapazes.
- (D) Somente Ricardo não é incapaz.
- (E) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, sem exceção.

48

De acordo com o Direito Civil Brasileiro sobre pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se por lei específica.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, dolo ou fraude.
- (C) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- (D) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado da data do protocolo do seu ato constitutivo.
- (E) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

49

Flávia Maria possui galeria de arte em São Paulo. Seu sócio é João Macedo, com 40% das ações. Após evento, mudam de local e outra empresa se instala no local. Contudo, verificam que deixaram uma obra valiosa na mudança, e Flávia procura o novo responsável e requer a devolução, que lhe é negada. Nessa linha, conforme disposições do Código Civil, é correto afirmar:

- (A) Assiste razão ao novo responsável, pois a obra é uma benfeitoria, que segue a sorte do principal.
- (B) Assiste razão ao novo responsável, pois a obra, por ser uma acessão, acompanha o bem principal.
- (C) Não assiste razão ao novo responsável, pois a obra, por ser uma acessão, não acompanha o bem principal.
- (D) Não assiste razão ao novo responsável, pois a obra, por ser considerada pertença, não segue a sorte do bem principal.
- (E) As ações de João Macedo são consideradas, para efeito da lei, bens imóveis.

50

Mário Jorge possui 18 anos, e Pedro José, seu irmão, 16. Ambos são donos do cavalo Malacara X, ganhador de competições. Pedro José vende o cavalo a Augusto, tendo em vista que considerou a proposta irrecusável pelo valor, mas sem o conhecimento de Mário Jorge. Nesse caso, de acordo com as disposições acerca dos bens no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Mário Jorge não poderá alegar a incapacidade relativa do irmão em benefício próprio.
- (B) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou defesa em lei.
- (C) Eventual impossibilidade inicial do objeto não invalidaria o negócio jurídico, sendo absoluta ou relativa.
- (D) Nesse caso, a compra e venda depende de escritura pública.
- (E) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

51

Caio tenta salvar a empresa de Mariana de incêndio, mas acaba por quebrar três portas e janelas dos fundos do local, onde não havia chamas, pois lá o seu amigo poderia filmar a sua tentativa heroica. O sistema anti-incêndio funciona, e o local fica a salvo. Demandado por Mariana, Caio a ofende, indicando que fez tudo de boa vontade e não quis prejudicá-la. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, salvo se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- (B) Caio cometeu ato ilícito somente na data do incêndio, mas eventuais ofensas a Mariana não podem ser consideradas para fins de indenização.
- (C) Caio não cometeu ato ilícito, portanto não assiste razão a Mariana em questioná-lo sobre sua conduta.
- (D) Caio cometeu ato ilícito tanto na data do incêndio como quando questionado por Mariana.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

Noções de Direito Processual Civil**Lídia Marangon****52**

O artigo 2º do Código de Processo Civil traz o seguinte texto: “Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”. Trata-se dos seguintes princípios:

- (A) juiz natural e inércia.
- (B) inércia e impulso oficial.
- (C) devido processo legal e impulso oficial.
- (D) contraditório e devido processo legal.
- (E) ampla defesa e juiz natural.

53

Analise as afirmações seguintes e assinale a alternativa correta.

Regina disse que o princípio da duração razoável do processo não se aplica à atividade satisfativa.

Pedro disse que o juiz pode dar início a qualquer processo.

Marta disse que o princípio da boa-fé se aplica somente às partes.

É correto afirmar que:

- (A) nenhum deles está correto.
- (B) somente Regina está correta.
- (C) somente Pedro está correto.
- (D) somente Maria está correta.
- (E) os três estão corretos.

54

É princípio da jurisdição, exceto:

- (A) inafastabilidade.
- (B) inevitabilidade.
- (C) inércia.
- (D) investidura.
- (E) propositura.

55

O princípio do juiz natural, ao impedir que alguém seja processado ou sentenciado por outra que não a autoridade competente, visa coibir:

- (A) a criação de varas especializadas.
- (B) a criação de tribunais superiores.
- (C) a criação de tribunais de exceção.
- (D) a criação da figura do juiz das garantias.
- (E) a criação de regras de competência.

56

São elementos da ação:

- (A) partes, juiz e advogados.
- (B) partes, defensores públicos, membros do ministério público.
- (C) legitimidade, partes e interesse de agir.
- (D) partes, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.
- (E) partes, causa de pedir e pedido.

57

Sobre a ação e suas condições, o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a teoria:

- (A) eclética.
- (B) da asserção.
- (C) civilista.
- (D) concreta.
- (E) mista.

Noções de Direito Penal**Carhla Alves****58**

Gislaine, Nicolle e Maria, estudantes do curso de direito, travaram debate sobre a aplicação da lei penal. Gislaine afirmou que o Código Penal, em relação ao tempo do crime, adotou a teoria da atividade. Maria, por sua vez, entendia que a teoria adotada pelo Código Penal é a teoria da ubiquidade, no que se refere ao lugar do crime. Por fim, para Nicolle, como regra, a lei penal brasileira aplica-se aos fatos ocorridos em território nacional, tendo em vista que o Código Penal adotou o princípio da territorialidade temperada ou mitigada. Ao analisar tais argumentos, a professora respondeu, corretamente, que:

- (A) todas estão erradas.
- (B) apenas Nicolle está certa.
- (C) apenas Maria está certa.
- (D) apenas Gislaine e Nicolle estão certas.
- (E) todas estão certas.

59

Bruno, médico há aproximadamente 10 anos, estava de plantão na emergência do Hospital Estadual Santa Casa quando recebeu um paciente vítima de colisão, inconsciente, que precisou realizar uma cirurgia de emergência, devido ao risco de vida. Considerando a hipótese narrada, Bruno agiu amparado pela seguinte excludente:

- (A) legítima defesa de terceiro.
- (B) estado de necessidade de terceiro.
- (C) estrito cumprimento do dever legal.
- (D) exercício regular do direito.
- (E) erro de proibição.

60

De acordo com o ordenamento jurídico, haverá exclusão da imputabilidade penal na seguinte hipótese:

- (A) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, de acordo com o critério biológico.
- (B) embriaguez completa e involuntária, de acordo com o critério psicológico.
- (C) dependência ou intoxicação involuntária decorrente do consumo de drogas ilícitas, de acordo com o critério biopsicológico.
- (D) menoridade, de acordo com o critério biopsicológico.
- (E) emoção ou paixão, de acordo com o critério psicológico.

61

Sobre os crimes contra honra, analise os itens.

- I – A legitimidade para a propositura de ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções é concorrente.
- II – Quando a injúria se dirige à honra objetiva, é necessário que essa narrativa seja feita a terceiros, e não ao próprio ofendido.
- III – A ausência de previsibilidade de que a ofensa chegue ao conhecimento da vítima afasta o dolo específico do delito de injúria, tornando a conduta atípica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II
- (D) I e III.
- (E) todos os itens.

62

Alexandre aguardava audiência de instrução e julgamento na cela localizada nas dependências do fórum da comarca de Nortelândia. Valendo-se das algemas utilizadas enquanto aguardava ser interrogado, decidiu entalhar sua alcunha “Xande” na parede da cela. Diante da situação hipotética narrada, analise os itens.

- I – Alexandre praticou crime contra a Administração Pública.
- II – Alexandre cometeu o crime de dano qualificado.
- III – De acordo com o STJ, é aplicável o princípio da insignificância.

Está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II
- (D) I e III.
- (E) todos os itens.

63

O policial que deixa uma viatura com as portas abertas em via pública e dela se afasta desnecessariamente, deixando-a sem vigilância, o que acaba possibilitando o furto do radiotransmissor por pessoa que passava pelo local, responderá por

- (A) peculato culposo.
- (B) concussão.
- (C) prevaricação.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) facilitação de descaminho.

64

São considerados hediondos os seguintes crimes, consumados ou tentados, exceto:

- (A) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- (B) roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- (C) induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real.
- (D) tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente.
- (E) epidemia com resultado morte.

Noções de Direito Processual Penal

Lorena Ocampos**65**

No curso de ação penal em que Marcos figurava como denunciado pela prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, entrou em vigor lei que versava sobre processamento de ação penal em procedimento comum ordinário, com conteúdo exclusivamente processual penal, prejudicial ao réu. O técnico judiciário, no momento de auxiliar no processamento do feito, deverá aplicar a:

- (A) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, não admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva.
- (B) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva.
- (C) lei processual penal em vigor na época dos fatos, em virtude do princípio da irretroatividade da lei mais gravosa, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual.
- (D) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva, mas não aplicação analógica da lei processual.
- (E) nova lei processual penal, ainda que desfavorável ao réu, respeitando-se os atos já praticados, admitindo o Código de Processo Penal interpretação extensiva e aplicação analógica da lei processual.

66

Carolina foi vítima de um crime de furto qualificado pelo concurso de agentes e arrombamento do portão da casa. Abalada com a situação vivenciada, e buscando justiça, a ofendida contratou os serviços de um advogado, para que este atuasse como assistente de acusação. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o processo prosseguirá independentemente de nova intimação do assistente, quando este, intimado, deixar de comparecer a qualquer dos atos da instrução ou do julgamento, sem motivo de força maior devidamente comprovado.
- (B) o juiz, desde que exista a concordância do Ministério Público, habilitará o assistente de acusação no processo.
- (C) o assistente será admitido enquanto não proferida a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- (D) o Ministério Público e a defesa técnica serão ouvidos previamente sobre a admissão do assistente.
- (E) da decisão que admitir, ou não, o assistente, caberá a interposição de recurso em sentido estrito.

67

Bruno foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Logo após os fatos, compareceu à Delegacia de Polícia e, oralmente, manifestou à autoridade policial o interesse em representar em face do autor dos fatos. Diante disso, foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público. Porém, Bruno se arrependeu e demonstrou interesse em se retratar da representação enquanto a denúncia não era recebida. Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Bruno:

- (A) não poderá se retratar da representação, já que o Código de Processo Penal não admite retratação.
- (B) não poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia já foi oferecida.
- (C) poderá se retratar da representação, mesmo após o recebimento da denúncia.
- (D) poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia não foi recebida.
- (E) poderá se retratar da representação até a sentença.

68

Fernando, preso em flagrante pela suposta prática de crime de perseguição (art. 147-A, do Código Penal), foi apresentado ao juiz, que, analisando o caso concreto na audiência de custódia, concedeu a liberdade provisória cumulada com medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas medidas:

- (A) proibição de frequentar determinado lugar.
- (B) prestação de serviço à comunidade.
- (C) comparecimento periódico em juízo;
- (D) recolhimento domiciliar no período noturno.
- (E) proibição de manter contato com pessoa determinada.

69

Olívia foi presa em flagrante 24 horas após ter furtado um estabelecimento comercial. No entanto, não foram encontrados os bens subtraídos. Consta do auto de prisão em flagrante que a prisão foi efetuada por dois policiais militares que realizavam diligências à noite na área e que, após receberem denúncias anônimas de que a Olívia foi a autora do furto, foram até a residência e a prenderam. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, Olívia foi conduzida à audiência de custódia. Na audiência, o juiz deverá reconhecer que se configura hipótese de:

- (A) flagrante próprio.
- (B) flagrante impróprio.
- (C) flagrante presumido.
- (D) flagrante esperado.
- (E) flagrante ilegal.

70

Em uma vara criminal da capital, foram separados quatro procedimentos para a análise de prisões preventivas:

- I – Maria está presa preventivamente pelo crime de roubo com emprego de arma de fogo e possui filho de 8 anos de idade.
- II – João, senhor de 81 anos de idade, está respondendo preso preventivamente à ação penal em que se imputa a prática de três crimes de estelionato.
- III – José está preso pelo crime de corrupção, sendo o único responsável pelos cuidados de seu filho de 10 anos de idade.
- IV – Larissa está presa como acusada dos crimes de uso de documento falso e moeda falsa e possui uma filha de 5 anos, mas não é a única responsável pela criança, que também mora com o pai.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, em especial dos artigos 317 a 318-B, há possibilidade de você, como advogado, em tese, requerer e ter admitida prisão domiciliar nos processos de:

- (A) Maria, João, José e Larissa.
- (B) João, José e Larissa, apenas.
- (C) Maria e Larissa, apenas.
- (D) João e Larissa, apenas.
- (E) Maria e João, apenas.

Redação

Fidelis Almeida

O aumento da preocupação com o meio ambiente tem incentivado práticas sustentáveis no consumo de alimentos, como a redução do desperdício, a preferência por alimentos orgânicos e a valorização de produtores locais. Contudo, a acessibilidade e o custo dessas práticas ainda representam desafios.

Diante desse cenário, como você avalia a importância de adotar práticas sustentáveis no consumo de alimentos para o futuro do planeta? Produza um texto dissertativo-argumentativo, entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas, utilizando linguagem culta, no qual apresenta seu ponto de vista sobre o tema, fundamentando-o com argumentos sólidos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva